



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA TÉCNICA
SETOR TÉCNICO CR-PV

PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA) para aeronaves remotamente pilotadas.

1.2. Especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (12 MESES)	VALOR TOTAL (12 MESES)
01	Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA), com vigência de 12 meses, para aeronaves remotamente pilotadas, registro válido e as coberturas de danos de pessoas e bens no solo previstas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para licenciamento de aeronaves remotamente pilotadas de acordo com os requisitos da Resolução ANAC nº 37/2008, o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA 47 - apêndice B) e o Código Brasileiro de Aeronáutica - Lei Federal 7565/86.	25020	UNIDADE	16	R\$ 400,00	R\$ 6.400,00

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A cobertura e acionamento do seguro ocorrerão conforme descrição no registro e autorização de comercialização pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.6. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses.

1.7. A descrição do seguro constante deste Projeto Básico (PB) foi feita de maneira genérica e são especificações utilizadas em serviços comuns no mercado nacional, bem como os códigos utilizados pelo Sistema Catalogação de Serviços (CATSER) do Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais (SIASG), de forma que permita a maior participação possível de empresas no certame.

1.8. O CATSER é um módulo do SIASG, que, nos termos do art. 1º, inciso II, da IN nº 1/SLTI/MPOG/2002, “permite a catalogação dos materiais destinados às atividades fins e meios da Administração Pública Federal, de acordo com critérios adotados no *Federal Supply Classification* e a identificação dos itens catalogados com os padrões de desempenho desejados”.

1.9. Eventuais acidentes envolvendo as aeronaves da frota do Censipam são devidamente apurados para definição de culpabilidade, e os prejuízos sofridos pelo são imputados ao responsável (que deu causa ao sinistro), ou seja, a celebração de contrato de seguro não dispensa o ressarcimento dos prejuízos sofridos pela União, seja pelo Servidor Público que piloto seja por terceiros que deram causa ao acidente.

1.10. A vigência do Contrato observará a legislação em vigor e a regulamentação imposta pelas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), em sintonia com a prática do mercado securitário.

1.11. O benefício de participação exclusiva de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte está vedado pela legislação federal vigente (Decreto Lei nº 73/1966 e Inciso VIII do § 4º da Lei Complementar nº 123/2006).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Seguro de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA) contra danos de pessoas e bens é item necessário para licenciamento de aeronaves remotamente pilotadas de acordo com os requisitos da Resolução ANAC nº 37/2008, o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA 47 - apêndice B) e o Código Brasileiro de Aeronáutica - Lei Federal 7565/86 Aéreo (RETA) para atender as 16 Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) do Censipam empregadas em missões de campo e assim discriminadas: 16 unidades Modelo DJI Mavic 3 (L2A) (Peso 4,825 kg) - Processo de Compra 60090.000195/2021-91.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA), com vigência de 12 meses, para aeronaves remotamente pilotadas, registro válido e as coberturas de danos de pessoas e bens no solo previstas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para licenciamento de aeronaves remotamente pilotadas de acordo com os requisitos da Resolução ANAC nº 37/2008, o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA 47 - apêndice B) e o Código Brasileiro de Aeronáutica - Lei Federal 7565/86.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva mediante dispensa de licitação. A contratação de pequeno valor como hipótese para dispensar a licitação, prevista no art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93, é aquela em que o objeto não supera 10% (dez por cento) do limite, alterado pelo Decreto nº 9.412/2018, previsto na alínea 'a' do inciso II do artigo 23 para compras e serviços.

4.2. O objeto deste PB se enquadra como serviço continuado, tendo em vista a sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, bem como, manter o funcionamento das atividades finalísticas do Censipam, de modo que sua interrupção pode comprometer o

cumprimento da missão institucional deste Órgão e sua contratação deve prosseguir por mais de um exercício financeiro e continuamente.

4.3. Destaca-se que Procuradoria Geral Federal, responsável pela consultoria e assessoramento jurídico de autarquias e fundações federais, a Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos, por meio do Parecer nº 06/2015/CPLC/DEPCONS/PGE/AGU, concluiu acerca da possibilidade de prorrogação de contratos de seguro, por aplicação do disposto no art. 62, § 3º, I, da Lei nº 8.666/1993.

4.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.6. A seleção ocorrerá mediante avaliação de proposta que disponha do menor valor global para prestação dos serviços e verificação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor que esteja com o cadastro válido no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) do Governo Federal.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.2. Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA), com vigência de 12 meses, para aeronaves remotamente pilotadas, registro válido e as coberturas de danos de pessoas e bens no solo previstas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para licenciamento de aeronaves remotamente pilotadas de acordo com os requisitos da Resolução ANAC nº 37/2008, o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA 47 - apêndice B) e o Código Brasileiro de Aeronáutica - Lei Federal 7565/86.

5.3. A prestação do serviço contratado, no que for cabível, deverá seguir as orientações da IN/SLTI nº 01/2010, a qual dispõe sobre critério de sustentabilidade ambiental.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A Instrução Normativa nº 01/2010, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo - AGU 3ª Edição - março/2013, não dispõem de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

7. VISTORIA

7.1. Não há previsão de vistoria prévia.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega das Apólices, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.4. A execução do objeto ocorrerá mediante o fornecimento das Apólices, com a descrição e detalhamento dos canais de comunicação e informações exigidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para comercialização do produto pela seguradora e publicação em disponível em <http://www.susep.gov.br/menu/consulta-de-produtos-1>.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Apólice de seguro conforme legislação prevista pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O seguro será contratado para as aeronaves que estiverem em condições de utilização no momento da assinatura do contrato, sendo 16 Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) do Censipam empregadas em missões de campo e assim discriminadas: 16 unidades Modelo DJI Mavic 3 (L2A) (Peso 4,825 kg) - Processo de Compra 60090.000195/2021-91; conforme descrição a seguir:

Item	Patrimônio	Modelo	Serial	Localização
01	6368102	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CM2AE00F7	Centro Regional de Porto Velho
02	6368103	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CM2AE01JV	Centro Regional de Porto Velho
03	6368104	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CM2AE00A0	Centro Regional de Porto Velho
04	6368105	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21C42AE00KA	Centro Regional de Porto Velho
05	6368098	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CG1BE053Z	Centro Regional de Manaus
06	6368099	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CG1BE058E	Centro Regional de Manaus
07	6368100	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CQ2AE03VA	Centro Regional de Manaus
08	6368101	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CC1BE07J8	Centro Regional de Manaus
09	6368094	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CM2AE00U9	Centro Regional de Belém
10	6368095	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CM2AE0041	Centro Regional de Belém
11	6368096	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CG1AE01VK	Centro Regional de Belém
12	6368097	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CQ2AE040K	Centro Regional de Belém
13	6368093	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CG1BE051K	CCG - Brasília
14	6368092	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CG1BE0557	CCG - Brasília
15	6368091	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21C61BE002G	CCG - Brasília
16	6368090	DJI Mavic 3 (L2A)	1581F45TB21CG1AE01Z6	CCG - Brasília

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da emissão das apólices de seguro, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.7. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.8. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.9. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento do contrato;
- 11.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade, após seu recebimento;
- 11.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar a emissão das apólices de seguro RETA em conformidade com o registro na SUSEP conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da emissão e execução dos requisitos pactuados nas apólices de seguro;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.9. Promover a organização técnica e administrativa para cumprimento dos requisitos do Seguro RETA, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 12.10. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.18. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.18.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.18.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, uma vez que se trata de seguro para cobertura de danos pessoais e materiais para ser realizado por empresa especializada na atividade.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade com o fornecimento de apólice de seguro para os equipamentos que compõem o objeto da contratação, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação deverá ser realizada com base nos critérios previstos pela SUSEP e neste Projeto Básico.
- 15.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará o cumprimento da Apólice, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 15.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os requisitos estabelecidos na Apólice e previstos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para o seguro RETA.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 17.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.2.1. A contratante realizará a entrega das Apólices, com a finalidade de verificar e garantir a adequação dos serviços.
- 17.2.2. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do contrato irá revisar as apólices das aeronaves que estiverem operacionais, e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços em consonância com os indicadores previstos, conforme descrição nas apólices, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 17.2.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 17.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à emissão da apólice de seguro.
- 17.3. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 17.3.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 17.3.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 17.3.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório das Apólices, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste das Apólices, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do fornecimento das Apólices, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 17.4.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 17.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
- 18.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Apólice, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.3. A documentação relativa à emissão da Apólices deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 18.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se os requisitos contratuais estabelecidos para emissão das apólices expressam os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da documentação, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100) / 365	I = 0,000 TX = Percentual da
----------	-----------------------	---------------------------------

19. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

19.1. Não haverá pagamento antecipado.

20. REAJUSTE

20.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de vigência do contrato.

20.2. Existindo interesse da Administração na renovação do seguro, serão considerados os valores e coberturas atualizadas considerando índice e registro previstos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para o seguro RETA.

21. GARANTIA DE EXECUÇÃO

21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 22.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 22.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 22.1.5. cometer fraude fiscal.

22.1.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.1.7. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.1.8. **Multa de:**

22.1.9. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 22.1.9.1. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 22.1.9.2. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 22.1.9.3. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;
- 22.1.9.4. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 22.1.10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos;
- 22.1.11. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 22.1.12. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Projeto Básico.
- 22.1.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.1.14. As sanções previstas nos subitens 21.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 22.1.15. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Retardar ou realizar o pagamento de indenização após o prazo previsto	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a validade da apólice	04
3	Deixar de cumprir os prazos previstos no Projeto Básico	03
4	Deixar de comunicar a Contratante acerca do andamento das solicitações	02
5	Deixar de registrar solicitação de atendimento da Contratante	01

- 22.2. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 22.2.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 22.2.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.2.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 22.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 22.4.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 22.4.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 23.1. O critério de julgamento é o menor preço global.
- 23.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista conforme disciplinado no Projeto Básico.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 24.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 6.400,00**.

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- a. Órgão/Gestão: 110511/0001;
- b. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- c. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam;
- d. Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;
- e. Plano Orçamentário (PO): 0003 – Monitoramento ambiental e de ilícitos e Desenvolvimento Sustentável;

f. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168624;
g. Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DESPES.
1	Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo (RETA), com vigência de 12 meses, para aeronaves remotamente pilotadas, registro válido e as coberturas de danos de pessoas e bens no solo previstas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para licenciamento de aeronaves remotamente pilotadas de acordo com os requisitos da Resolução ANAC nº 37/2008, o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA 47 - apêndice B) e o Código Brasileiro de Aeronáutica - Lei Federal 7565/86.	33.90.39.69 Seguros Geral

h. Código do PTA/2023: 173/23 - Seguro para Aeronaves Remotamente Pilotadas (DRONES).

26. **INICIATIVA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO - PCA 2023**
PCA 2023 - 110511 - CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA
Última atualização: 19/05/2023
Id pca PNCP: 03277610000125-0-000003/2023
Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
Local: Brasília/DF
Fonte: Compras.gov.br
Item: 116
Valor Total estimado (R\$): R\$ 6.638,40
116
713 - SERVIÇOS DE SEGUROS E DE PENSÕES(EXCETO SERVIÇO DE RESEGURO)EXCETO SERVIÇOS DE SEGURIDADE SOCIAL COMPULSÓRIA
110511-15/2022 - R\$ 6.638,40

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

VITORINHA SOUZA DE OURO
INTEGRANTE REQUISITANTE

RONALDO DE SOUZA GARCIA
INTEGRANTE TÉCNICO


WALMIR MIRANDA DE ARAÚJO
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

AUTORIZAÇÃO:

RENATA BITAR TIVERON
Diretora Técnica

Aprovo de acordo com o artigo 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93
EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de despesas

Aprovo de acordo com o artigo 7º, § 2º, incisos I e III, da Lei nº 8.666/93
SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças

 Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo de Souza Garcia, Assessor(a)**, em 26/10/2023, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.

 Documento assinado eletronicamente por **Walmir Miranda de Araújo, Assistente**, em 26/10/2023, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **6660307** e o código CRC **F988ACB4**.
